

“Quem eu fui e que posso vir a ser”: Um projeto de humanização nas relações e nos cuidados numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Orlanda Barros

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto

Ivaneide Mendes¹

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto

RESUMO

A participação democrática e a emancipação são pilares fundamentais no campo da educação não formal de adultos, principalmente, para seniores institucionalizados, dado que esta realidade reclama um caminho a percorrer, quando se lida, em Portugal, com um aumento deste grupo etário e com o crescimento de respostas institucionais. Neste artigo, pretende-se apresentar uma síntese refletida de um projeto realizado no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Porto desenvolvido numa Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), na região Norte. Com o intuito de refletir sobre a institucionalização de pessoas idosas e a necessidade de se pautar a ação social em práticas mais humanizadas, traz-se para a discussão a importância do individual e do coletivo quando se “mora e se envelhece” numa casa comum de todos e para todos. Através da metodologia Investigação-Ação Participativa, foi possível desenhar, decidir e desenvolver um projeto participado com os atores sociais. O texto ilustra os contornos e a intencionalidade de uma ação fortalecida numa Educação Dialógica, que conta com os contributos das histórias de vida e das narrativas (auto)biográficas, enquanto potenciadoras da humanização pelas relações interpessoais, pela possibilidade de autodescoberta e pela visão do ser humano capaz de se olhar como ser individual e coletivo.

Palavras-chave: Idosos; Institucionalização; Humanização; Educação não-formal; Histórias de vida.

ABSTRACT

Democratic participation and emancipation are fundamental pillars in the field of non-formal adult education, especially for institutionalized seniors, as this reality demands a path to be followed, particularly in Portugal, where there is an increase in this age group and the growth of institutional responses. This article aims to present a reflective synthesis of a project carried out as part of the Master's in Education and Social Intervention at the Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico do Porto developed in a Residential Structure for Elderly People (ERPI) in the Northern region. With the aim of reflecting on the institutionalization of elderly people and the need to guide social action with more humanized practices, the discussion brings to the fore the importance of the individual and the collective when one "lives and ages" in a common house for all and by all. Through the Participatory Action Research methodology, it was possible to design, decide, and develop a participatory project with the social actors. The text illustrates the contours and intentionality of an action strengthened by Dialogical Education, which draws on life stories and (auto)biographical narratives as enhancers of humanization through interpersonal relationships, the possibility of self-discovery, and the view of the human being as capable of seeing themselves as both individual and collective.

Keywords: Elderly; Institutionalization; Humanization; Non-formal education; Life stories.

¹ Endereço de contacto: ivaneide@ese.ipp.pt

1. Introdução

A velhice é um tema que ocupou, ao longo dos séculos, filósofos, teólogos e investigadores de diferentes áreas do conhecimento. Porém, hoje, em sociedades em constante mudança que se autoproclamam atuais, a velhice continua a ser olhada como uma espécie de fatalismo, um futuro que se avizinha como vergonhoso de se atingir. Beauvoir (1990) refere que “a velhice, como todas as outras situações humanas, tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história” (Beauvoir, 1990, pp.58-59).

Se, no passado, a figura do velho significava sabedoria, atualmente, “a sociedade da produção” promove uma imagem negativa dos idosos muitas vezes associada à dependência e à limitação, à não produtividade, logo remete para a ideia de descartabilidade. Subjacente a esta imagem negativa da velhice, encontram-se uma série de preconceitos, estereótipos e discriminação baseada no fator idade, o Idadismo (*ageism*). Segundo o Global Report on Ageism da Organização Mundial da Saúde (2021, p. 2), o Idadismo “ocorre quando a idade é usada para categorizar e dividir as pessoas de maneiras que resultam em danos, desvantagens e injustiças, corroendo a solidariedade entre gerações”. Acresce que o Idadismo pode ainda ser reforçado pelo Capacitismo (*ableism*) que se configura como atitude e comportamentos discriminatórios baseados nas incapacidades e nas dificuldades físicas, mentais ou cognitivas (Ferreira-Alves & Novo, 2006).

Marques (2011), no ensaio “Discriminação na Terceira Idade”, refere que, em Portugal, o Idadismo parece atingir, sobretudo, as pessoas mais velhas, comparativamente, por exemplo, ao Reino Unido, onde o Idadismo é direcionado principalmente contra as pessoas mais novas.

No caso da pessoa idosa, esta carga sociocultural precisa ser contrariada, até porque o desenvolvimento das sociedades resulta da melhoria da qualidade de vida e do aumento da longevidade, por conseguinte, o fenómeno do envelhecimento da população não deve ser visto como um problema e sim como um desafio. Aliás, um duplo desafio: se, por um lado, viver mais tempo é um bom presságio; por outro, interroga-nos sobre o que fazer com esse tempo conquistado, com que qualidade de vida pretendemos viver a nossa velhice e promover um envelhecimento saudável nas nossas comunidades, sendo urgente criar estruturas sociopolíticas, garantir investimentos e ações neste sentido.

Combater a discriminação etária exigirá a criação, e a incorporação no pensamento de todas as gerações, de uma nova compreensão de envelhecimento. Isso não pode ser baseado em conceitos ultrapassados de que os adultos maiores são um fardo (...). Em vez disso, demanda uma aceitação da ampla diversidade da experiência da idade avançada, um reconhecimento das injustiças que estão muitas vezes subjacentes e uma abertura para perguntar como as coisas podem ser feitas de maneira melhor. (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2015, p.21)

Neste artigo, pretende-se descrever e refletir sobre o desenvolvimento de um projeto de educação e intervenção social realizado numa Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), que teve como pretensão apontar novas formas da pessoa idosa perceber o envelhecimento e viver o seu tempo de ócio, enquanto residente. Tendo como fundamento uma educação transformadora, esta experiência de projeto deu-se a partir de práticas educativas não formais assentes na educação dialógica, em oposição a práticas apenas tecnicistas que pouco promovem o envolvimento com o outro, porque “A não objetificação do adulto sénior é uma exigência primária da intervenção social (Mendes, 2018, p.13). Para o efeito, identificamos uma inquietação inicial: “como é viver a velhice numa ERPI?”. Iniciamos, assim, um caminho com um grupo de 18 pessoas residentes e com os trabalhadores desta estrutura.

Com vista a uma melhor compreensão, este documento está estruturado em duas partes. A primeira diz respeito às considerações teóricas e metodologias norteadoras do projeto desenvolvido, e a segunda refere-se ao projeto de ação, ancorado na educação de adultos, coconstruído, numa residência sénior, com pessoas octogenárias e nonagenárias. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais sobre o experienciado.

Viver numa casa comum - Envelhecer hoje numa instituição, em Portugal

O fenómeno do envelhecimento humano e populacional tem vindo a ganhar destaque na contemporaneidade ao ponto de se considerar que “o aumento da esperança média de vida é uma das maiores conquistas da humanidade” (Fundo da População das Nações Unidas [UNFPA] & Help Age International, 2012, p.3). A literatura refere uma certa inquietação global pela evolução da taxa de envelhecimento e redução da natalidade,

Em uma época de desafios imprevisíveis para a saúde, sejam devidos às mudanças climáticas, às doenças infecciosas emergentes ou a próxima bactéria a desenvolver resistência aos medicamentos, uma tendência é certa: o envelhecimento das populações está se acelerando rapidamente em todo o mundo. Pela primeira vez na história, a maioria das pessoas pode esperar viver além dos 60 anos. (OMS, 2015, p.3)

Segundo o UNFPA e a Help Age International (2012), o envelhecimento da população está a acontecer em todas as regiões do mundo e a extensão da esperança média de vida é distinta de acordo com os diferentes níveis de desenvolvimento dos países.

Em Portugal, tal como em outros países, o envelhecimento acentuado da população é uma realidade irrefutável, embora o país venha apresentando um aumento populacional que resulta dos processos de migração e de um ligeiro aumento na taxa de natalidade, o facto é que o país mantém a tendência de envelhecimento demográfico. “Em 2023, o índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos (população idosa) com a população dos 0 aos 14 anos (população jovem), atingiu o valor de 188,1 idosos por cada 100 jovens (184,4 em 2022)” (INE, 2024, p.11).

As recomendações internacionais apontam para a necessidade de encarar o envelhecimento das sociedades como um desafio e uma oportunidade e de se criar medidas para a inclusão social, em que se destaca, no entanto, “a importância para a integração das pessoas idosas no seio da família, constituindo um intercâmbio de forças e potencialidades favorável a todas as partes, em Portugal esta realidade não se evidencia. Já em 2001, cerca de 57 mil pessoas idosas encontravam-se institucionalizadas (...) representando quase 4% da população idosa total” (Carrilho & Gonçalves 2007, pp. 21-37). Acresce que, segundo os mesmos autores, envelhecer em Portugal não é igual para todos. Para além das implicações relacionadas com a posse ou a falta de recursos económicos, a localização geográfica pode potenciar situações de abandono e, conseqüentemente, de exclusão social, ou seja, a população portuguesa continua a envelhecer, mas o ritmo e a qualidade de vida são diferentes nas várias regiões.

O recurso à institucionalização é um processo fundamental, enquanto suporte a um envelhecimento com qualidade de vida, quando se apresentam situações de extrema insegurança, risco e isolamento social, ou mesmo quando esgotados os recursos na esfera familiar e outras respostas sociais, visto que o Estado Português, progressivamente, tem “promovido um investimento organizado em respostas sociais dirigidas aos problemas da população envelhecida, (...) pela criação de outros tipos de ofertas, como os Centros de Dia e os Serviços de Apoio Domiciliário, cujo principal objetivo é a manutenção das pessoas idosas por mais tempo nas suas residências” (Marques, 2011, p.75). Os processos de institucionalização exigem humanismo e humanidade (Simões et al., 2008). No acolhimento residencial é premissa que se conheça o indivíduo pela relação estabelecida com ele, no conhecimento da sua própria história, interesses e opções. Desta forma, “implica considerar a pessoa idosa como sujeito da sua vida e mantê-la (na medida do possível) em processos educativos, sobretudo em processos não formais de aprendizagem (Mendes, 2018).

Se a institucionalização vai proporcionar uma série de cortes dos diferentes papéis e espaços onde a pessoa idosa estava inserida, trazendo ruturas de laços e limites à convivência social, em diferentes lugares e circunstâncias, também cria espaço a novos desafios, para descortinar oportunidades de superação e de autoconhecimento. Conseqüentemente, no âmbito da Educação Social, exigem-se ações imprescindíveis como: provocar reflexões, ouvir as diferentes perceções e opções daqueles que vivem o seu tempo de vida na ERPI e reconhecer e desenvolver competências que permitam aos idosos encontrar um novo sentido à vida vivida num coletivo institucional. De acordo com Neto (2012), “A práxis do educador social permite descristianizar e desfetichizar conceitos que afastam do contato com o outro e com a realidade. Ela propicia

as condições para melhor compreensão do processo educacional, recria categorias analíticas e contribui para a construção do conhecimento” (p.56).

Acreditamos que a ação pela educação poderá contribuir para a (re)construção identitária do indivíduo, num espaço habitacional que não é o seu meio natural de vida, como também poderá ser um apoio ao seu bem-estar pessoal e respeito pela sua individualidade. Nesta perspetiva, consideramos necessário reconhecer a educação como estratégia e condição fundamental para a humanização, assumindo o compromisso ético do educador social com a exigência da condição humana (Neto, 2012). Neste segmento, Mendes (2024, p.143) defende que:

Dentro de um projeto de sociedade, é possível lançar mão da educação para trabalhar construtivamente as expressões dos sujeitos, a capacidade participativa, as relações interpessoais, o sentido de grupo e de comunidade. Para o efeito, é preciso desenvolver a capacidade de identificar os problemas da realidade, a partir da interação social bem como buscar soluções que advêm do pensamento e do diálogo.

E, por assim ser, acreditando na utopia de uma ancianidade prazerosa na volúpia das suas opções de um envelhecer escolhido e bem vivido, defende-se que existe um espaço de ação para a educação de adultos seniores sedimentado na educabilidade e na ocupação do tempo de ócio. Trata-se de uma educação que busca conscientizar para a opção de se desenvolver uma ação social que assuma este tempo como algo desafiador, significativo e de autodescoberta no empoderamento do Eu da pessoa idosa numa ERPI.

2. Histórias (de)Vidas - A metodologia de Investigação-ação participativa e o lugar das histórias de vida numa educação dialógica

O título *Histórias (de)Vidas* procura traduzir os princípios subjacentes à metodologia eleita para orientar o desenvolvimento do projeto realizado: a Investigação-ação Participativa (IAP). A IAP, para além de ser democrática, porque se lança no domínio do coletivo, busca devolver a justiça social devida aos sujeitos, principalmente quando estes já deram tanto de si às suas comunidades. A IAP é por nós entendida como a busca de novas formas de participação e “implicação”, apontando para a necessidade da presença de um investigador/trabalhador social com visão interna e implicada nas dimensões do “pensar”, “observar” e “agir”, bem como na relação com o outro. “A intervenção socioeducativa praticada pelo/a Educador/a Social deve caracterizar-se pela horizontalidade, participação, coconstrução de possibilidades, desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e de novas relações de poder” (Mendes, 2022, p.23). Como bem revelam Timóteo e Monteiro (2024), a Educação Social possui uma orientação transformadora e sedimenta-se numa atuação comprometida com o trabalho educativo e social.

Optou-se por realizar um trabalho de investigação assente no diálogo e nas narrativas de vida, através das histórias de vida e da opção por métodos (auto)biográficos. A preferência pela historicidade e as vivências dos idosos institucionalizados resultaram de um posicionamento claro em relação ao trabalho social, assumindo-se este como crítico, em que prevê uma intervenção que concebe o assumir do papel ativo dos sujeitos na construção de uma maior justiça social (Timóteo & Monteiro, 2024).

Justiça que pesa por ser tardia, tendo em conta que a quantidade de anos que a sociedade contemporânea conquistou reflete a garantia de experienciar muitos acontecimentos ao longo da vida. Hoje, encontramos nas instituições pessoas idosas e muito idosas, com idades entre os 80 e 100 anos, que vivenciaram e vivem profundas mudanças sociais que se repercutem nas suas vidas. Assistiram à progressiva evolução das sociedades tradicionais para a atual (pós)modernidade. São percursos cravados de constantes e exigentes adaptações, recheados de aprendizagens e superações ao longo da sua vida. É nesta perspetiva que reiteramos a necessidade e relevância científica (bem como social) de se investigar e conhecer as vivências desses indivíduos, saber como eles enfrentaram a vida e se adaptaram ao envelhecer, analisando os vários aspetos que estão envolvidos neste processo que vai além do fator biológico (Valença, & Silva, 2011), respeitando o lugar de voz de quem tem direito a se fazer ouvir.

O recurso às técnicas das histórias de vida e das narrativas (auto)biográficas, foi pertinente para esta investigação uma vez que as histórias de vida, trabalhadas na oralidade, potencia a autodescobertas e a autovalorização. Reforça-se, no entanto, que uma história de vida é sempre individual e única. É contada a

partir da perspetiva do autor, à luz da sua experiência. É uma história do indivíduo em particular, é uma narrativa do que a memória lhe permite, do que o sujeito quer contar sobre si (Brandão, 2007).

Se as narrativas são individuais, em que medida o conhecimento destas histórias se repercute no coletivo? Nesta indagação surge, mais uma vez, a ideia de justiça individual e social, em que os fragmentos de vida dão sentido à construção do coletivo. Acresce que, num futuro próximo, haverá um número cada vez mais significativo de pessoas idosas na sociedade, sendo fundamental legitimar o poder de voz dos atuais idosos, porque a partir das suas narrativas é possível revisitar as suas histórias e convocar as suas experiências e vivências, a fim de provocar um novo paradigma que contradiga o atual, onde envelhecer, para muitos (pessoas idosas, família e comunidade), é entendido como um problema.

Adita-se que, quando se fala das pessoas idosas e muito idosas que vivem nas instituições limitadas com as “regras”, padrões e uma cultura institucional enraizada, o caminho da justiça social e da participação pode ser obstado já na própria apropriação do tempo. Como ocupar o tempo, que se quer livre (logo, vivido em liberdade), de forma emancipatória num universo marcado por uma gama de limitações? Deve haver, por isso, um compromisso ao nível da intervenção e da investigação científica para a aquisição de novos conhecimentos que aponte novos caminhos de ação, bem como um compromisso ético assumido pelos profissionais de contrariar a postura de alheamento e distanciamento em relação às pessoas com quem trabalham.

Deste modo, o diálogo abre senda para uma relação humanizada e dialógica com os idosos institucionalizados. Permite um espaço de intervenção socioeducativa afetiva e humanamente libertadora. Tal como defende Mendes (2024):

O diálogo é o caminho para conhecer a realidade natural e humana, é o espaço para a construção do saber e, por isso, é o principal recurso para uma educação e uma investigação que não objetifica, que visa a emancipação. E, se assim o é, implica numa metodologia dialógica, conscientizadora que apreende os temas concretos, vividos e sentidos pelos sujeitos (uma metodologia participativa e transformative. (p.141)

A mesma autora reforça que “Ser dialógico é pronunciar o mundo, é ser capaz de problematizar a realidade e agir de forma transformadora. O diálogo é um ato de criação.” (p. 140). Nesta sequência, a metodologia mobilizada para o projeto coadunou com as intenções educativas propostas.

3. (Entre)laços e singularidades: O projeto “Quem eu fui e que posso vir a ser?”

O projeto “Quem eu fui e que posso vir a ser” desenvolveu-se numa ERPI, numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) do Norte de Portugal, no ano de 2022. A caminhada neste projeto teve início na inquietação das autoras (pessoas que também trabalham neste tipo de instituição) e pretendia compreender “O que é viver numa ERPI?”, salvaguardando sempre que o interventor é também um investigador, num duplo papel, na implicação e ação numa realidade concreta e com pessoas únicas (Barros, 2022).

O posicionamento metodológico que se assume em projetos de Educação Social implica que se parta de uma problematização da realidade feita com os sujeitos, permitindo, desta forma, elencar os problemas, as necessidades, as potencialidades, os recursos existentes e os constrangimentos mais sentidos pelos sujeitos. De acordo com Cembranos (1988, p.25), trata-se de “conhecer a realidade onde se atua, e saber o que fazer, o que mudar e como fazê-lo”. Deparamo-nos assim, com um caminho a descobrir com as pessoas, numa relação de auto e hétéroconhecimento, cujo alicerce é o questionamento e a negociação. Para esse percurso, é fundamental a empatia, o diálogo e a escuta, uma relação estabelecida com fortes laços de confiança, confidencialidade, participação e envolvimento entre o investigador e as pessoas, onde se poderá abrir novos caminhos e novas possibilidades.

Partindo de uma análise da realidade social, o projeto desenha-se com a finalidade de promover a autonomia e a capacidade de decisão face ao tempo de ócio, com vista ao desenvolvimento e à emancipação da pessoa idosa na vivência de um envelhecimento ativo e saudável.

O envelhecimento ativo e saudável é definido como o processo de otimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem bem como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional, que contribui para o bem-estar das pessoas idosas, sendo a capacidade funcional o resultado da interação das capacidades intrínsecas da pessoa (físicas e mentais) com o meio. (OMS, 2015, p.5)

Para que o projeto pudesse cumprir a finalidade com que se comprometera, foram estabelecidos os objetivos gerais: desenvolver competências relacionais entre os residentes; fortalecer a identidade grupal; retardar os efeitos do envelhecimento cognitivo; prevenir o isolamento e potenciar uma relação dialógica. Na intenção de atingir estes objetivos, foram programadas diferentes atividades agrupadas em três ações:

1. A Ação “Saber mais além” visou trabalhar as relações interpessoais (apontadas como um dos problemas pelas pessoas idosas participantes no projeto), e contribuir para a conscientização e (re)descoberta da importância de ocupar o tempo de ócio com vista ao envelhecimento saudável. As atividades desta ação lograram o desafio de responder aos interesses do grupo e, ao mesmo tempo, de permitir construir processos educativos sedimentados numa lógica de educação ao longo da vida.
2. A Ação “Reviver e Conhecer”, que teve como principal foco a coesão do grupo a partir de atividades que possibilitassem as pessoas conhecerem-se melhor e fomentar a identidade de grupo. Apoiada em estratégias de carácter grupal, proporcionaram-se atividades de partilha oral das histórias de vida. Era pretendido, o respeito, a aceitação da individualidade e da identidade cultural de cada pessoa participante.
3. A Ação “Espaço Meu” procurou contruir coletivamente uma rotina de atividades, assim como um olhar mais atento às pessoas idosas, com uma menor capacidade funcional, que não se integravam no grupo mais ativo de trabalho, uma vez que, por variadas razões, apresentavam problemas de saúde e um elevado grau de dependência.

A designação das atividades ao longo do projeto foram surgindo à medida que as reflexões coletivas iam aflorando nas reuniões de grupo com as pessoas idosas. Foi possível elaborar um calendário semanal em que as atividades estavam identificadas pelo nome, possibilitando, dessa forma, que a pessoa idosa fizesse as suas opções de acordo com os seus interesses.

No âmbito da ação “Saber mais além”, foram realizados vários encontros onde as pessoas idosas se reuniam à volta da “escrita” e da leitura. As pessoas intitularam-na Oficina da Escrita. A este propósito, referiu uma das intervenientes a quem chamaremos R.L: “se é um espaço que fazemos o treino de quem quer escrever o nome, poderia ser a Oficina da Escrita”. Para além disso, esta ação não se restringiu apenas à leitura e à escrita, foi trabalhada a dimensão da cultura, procurando manter o grupo informado e, ao mesmo tempo, ampliar a formação pessoal e social. Referiu um dos residentes: “é um espaço em que aprendemos e falamos de coisas que não sabíamos, e serve para nos mantermos informados. Poderia ser o espaço da cultura”.

A partir de temas geradores sedimentados no tempo histórico e na origem geográfica dos idosos, estabeleceram-se pontos em comum a partir da (re)memorização dos percursos profissionais e escolares. Foi possível, (re)significar as trajetórias (quer na singularidade, quer na semelhança) de uma vida que os obrigou a ir à escola para aprender a escrever e a ler na sua vida ativa. A este propósito, de acordo com o relato do senhor L.S., a capacidade de leitura e escrita “eram exigidas para conseguirem o emprego na fábrica (...) para trabalhar tinha de se ter escolaridade”. Outro idoso completa: “As fábricas eram obrigadas a ter creches e escolas à noite para o ensino” (G.L.R.). Se era esta a realidade, não foi difícil perceber que as habilitações académicas fossem maioritariamente abaixo do “exame da quarta classe” ou que frequentaram a “escola para adultos”, expressões partilhadas pelas pessoas idosas. Acresce-se que, na faixa etária dos 80 aos 93 anos, existiam pessoas que não sabiam ler, no entanto, escreviam os seus nomes e conheciam os números. Não foram à escola, mas aprenderam a assinar o nome. Este é o caso de uma idosa que referiu: “aprendi com uma senhora vizinha que sabia ler e escrever, (...) comecei muito pequena na lavoura com os meus pais, não tive tempo para aprender a ler e escrever” (L.R.D.).

Neste contexto, as pessoas tinham pontos comuns de interesse e semelhanças na sua história de vida, impulsionando-se uma vontade, um envolvimento de autodescoberta e motivação para diferentes ocupações do tempo de ócio que lhes devolverem direitos. Acredita-se, desta forma, que existe um lugar para a aprendizagem e para a educabilidade pela ação socioeducativa nas ERPI, uma educação que se quer problematizada e emancipatória (Freire, 2006).

Como bem revela Freire (2006): “não seria possível à educação problematizada, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo” (p. 78). O contributo da pedagogia de Freire relativamente ao posicionamento entre o educador e os educandos, o mesmo será dito entre trabalhadores sociais e as pessoas idosas, sustenta-se numa relação de proximidade, de horizontalidade e de partilha de saberes. Assim sendo, “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa (Freire, 2006, p.79).

Esta abertura para as questões culturais fomentou os propósitos da ação “Reviver e Conhecer” que surgiu, a partir da proposta do técnico ao grupo, para convidar as crianças da comunidade educativa, onde a ERPI estava inserida, a visitar e a participar em exercícios de dinâmicas de grupo dinamizados pelos residentes. O nome dado a estes momentos surge a partir da fala de uma residente, que mencionou: “... aqueles dias em que vêm as crianças para a manta, estamos todos juntos, no social a conviver” (A I.M.). Dando assim origem ao Dia da Manta. Desta forma, incentivou-se à realização mais periódica dos Encontros Intergeracionais, momentos em que foram partilhadas histórias de vida, tradições orais e escritas, assim como atividades desenvolvidas em conjunto, entre as duas gerações. Ressaltam-se os momentos únicos de afetos e apoio emocional.

Mais que um simples pedaço de pano, a Manta aqui referida foi confeccionada com diversos pedaços de tecidos coloridos, costurados uns nos outros, e a soma desses retalhos entrelaçados simbolizava a partilha das tradições, saberes e diferentes narrativas de vida. Para esta atividade recorreu-se à estratégia de intervenção grupal. O técnico devolveu ao grupo a interpelação do significado desse trabalho coletivo, percecionado como um símbolo de interação e de saberes partilhados entre as duas gerações. Foram momentos recheados de criatividade e espontaneidade numa relação de proximidade, comprometida e necessária.

Outras das atividades desta ação (que resultaram da análise da realidade) foram as sessões de diálogo/ *focus group*. Numa das sessões foram expostas várias questões: O que mais o/a aborrece no dia a dia? Existem conflitos e discussões entre as pessoas? São sentidas por todos? O que é necessário mudar? Que situações/problemas poderiam existir, além dos verbalizados? Quais as necessidades de mudança? Em resposta, surgiram, por parte dos residentes, várias opiniões: “O falar mal umas das outras”; “Na mesa há sempre discussões...distancio-me para o meu canto e deixo passar... somos diferentes uns dos outros” (F.R.D); “Na mesa dos homens, eles sim, nunca há barulhos” (I.N.S).

A fala dos sujeitos (em que sobressaem os problemas relacionais), após a análise pelo grande grupo, foi levada à equipa técnica e às cuidadoras formais. A este respeito, a equipa referiu que frequentemente, a linguagem utilizada entre os pares, e até mesmo entre os trabalhadores, não era a mais apropriada: “Existem situações que ouvimos os idosos a tratarem-se verbalmente, como ouvem as cuidadoras a referir-se à pessoa idosa” (I.S). O que denota a necessidade de um maior investimento na formação dos trabalhadores, situação que resvala na insistente fragilidade das políticas sociais, acrescida de uma visão de trabalho social apenas de cariz voluntário, quando muito, com uma parca remuneração. Realça-se que a Ação “Espaço Meu”, relacionou-se com a intervenção pela relação dialógica com a pessoa idosa com maior dependência cognitiva e/ou dependências motoras. Tencionou-se prevenir o isolamento institucional e relacional e, conseqüentemente, diminuir o agravamento do envelhecimento cognitivo. A referência a esta ação neste artigo assume o compromisso da educação social de apontar caminhos alternativos, tendo em vista uma ação educativa e psicossocial que contribui, largamente, para a prevenção e não age de forma meramente remediativa. Nesta ação, as atividades foram acontecendo tendo como fio condutor o resultado das conversas intencionais.

À semelhança do que foi revelado na ação anterior, nesta ação, o maior constrangimento apontado, prende-se com o reduzido número de trabalhadores para acompanhamento psicossocial, como apontam os relatos: “Quando você está cá, temos ajuda para ir à ginástica, assim, eu ainda vou” (L.C.); “Até gosto de ir e participar,

mas tenho medo de ir sozinho” (F.C.)”. Ressalta-se o quanto é significativa a necessidade de um maior apoio individual a estes idosos, pelas suas características, mas, sobretudo pelo respeito pela sua liberdade, pela sua opção de escolhas e autonomia. Neste sentido, para além de reforçar a premente necessidade de rever as políticas públicas do sector social, as instituições, dentro das suas possibilidades, deveriam repensar as suas opções e apontar novos caminhos no apoio diário às pessoas idosas institucionalizadas.

Face ao exposto, considera-se que estava lançado o desafio para procurar condições favoráveis à mudança num ambiente institucional, que, muitas vezes, poderá parecer rígido e muito pouco flexível. Acredita-se que, a partir de relações de proximidade, humanizadas, construídas com base no diálogo, na partilha, no respeito e na individualidade, seja possível transformar as nossas instituições.

Não podemos perder de vista que o idoso institucionalizado pertence a uma realidade que lhe exige permanência e, como nos diz Freire (2006), “permanecer é buscar ser, com os outros, é con-viver, sim-patizar. Nunca sobrepor-se, nem sequer justapor-se (...)” (p.73).

4. Conclusão

Escrever este artigo no ano em que se celebram cinquenta anos de uma Democracia remete-nos à premissa da continuidade da luta pela liberdade e igualdade de direitos. Acresce-nos a responsabilidade de advogar para uma sociedade mais justa e igualitária para todos/todas e, neste caso, com foco nos mais idosos.

O Envelhecimento faz parte do processo natural de vida, no entanto, continuamos a replicar modelos do passado e não cuidamos da velhice como cuidamos de outras etapas de vida.

A este propósito, hoje sabemos mais sobre o envelhecimento humano e as fragilidades do adulto sénior nas sociedades contemporâneas. Damos conta da existência de uma inquietação global pela evolução da taxa de envelhecimento, assistimos ao aumento dos processos de institucionalização das pessoas idosas. Todavia, verificamos uma inércia ou uma evolução lenta nas políticas públicas neste setor, como também a falta de persistência e -diríamos mesmo- a falta de “teimosia” na investigação científica para romper com modelos afastados da práxis, para que a ciência seja capaz de construir e descobrir caminhos alternativos à norma vigente.

Pela avaliação e conclusões do projeto “Quem eu foi e que posso vir a ser!” consideramos (a partir do resgate das histórias de vida, das narrativas bibliográficas e da intervenção grupal) que é possível desenvolver ações emancipatórias e significativas para os sujeitos, possibilitando a estes que façam escolhas, tomem decisões, que sejam autores e atores na ocupação do seu tempo de ócio. Durante o percurso do projeto de investigação, nem tudo decorreu na perfeição e sem constrangimentos. Os avanços e recuos das estratégias utilizadas, como a redefinição de caminhos a seguir com os atores sociais, estiveram presentes ao longo do processo, não obstante consideramos que foi um projeto com significado para todos os envolvidos, revelou-se ser um trabalho coeso e que gerou mudanças. Concluiu-se, desta forma, que tanto para as pessoas idosas como para a equipa de trabalhadores, proporcionaram-se momentos para uma maior conscientização das suas práticas, das atitudes, dos seus papéis e responsabilidades.

Outras conclusões apontam para que: foi possível reduzir momentos de discussão e aumentar momentos de partilha, de escuta e de construção de objetivos comuns; foi percecionado pela equipa técnica, a necessidade de mais recursos humanos (R.H) no apoio das atividades psicossociais para as pessoas com maior dependência, sendo possível verificar mudanças na gestão dos recursos humanos e no apoio na ação psicossocial; foi evidenciado pelas pessoas idosas e muito idosas a vontade, a segurança e o prazer de saídas “mais arrojadas” à comunidade local. Estes sentimentos não eram comuns existirem e, de acordo com os diálogos intencionais com os outros atores sociais, as pessoas, anteriormente, recusavam saídas mais longas, ou mesmo não saíam para o exterior com a mesma frequência que vivenciaram no decorrer do projeto.

As pessoas idosas, pela participação nas atividades, bem como pelos diálogos de avaliação consideram que o tempo de ócio deverá ser com qualidade e com uma finalidade no seu projeto de vida. As nossas convicções foram corroboradas pelos relatos dos idosos: “Ainda vale a pena fazer estas caminhadas, devagar vou andando e estou a caminhar muito melhor” (L.R.D, 92 anos); tal como: “Ora bem!!! ... o que eu quero é ter saúde e que as pernas não me falhem para dar umas “voltitas” (F.R.C, 91 anos).

Araújo et al. (2016) alertam que a nós, enquanto investigadores e profissionais que ambicionamos trajetórias positivas de envelhecimento, compete-nos investir e adequar o melhor modelo à nossa realidade. Defendem que os recursos, forças e competências que as pessoas mantêm ou potenciaram ao longo dos anos poderão enriquecer a compreensão do envelhecimento bem-sucedido. Acresce que a intervenção tendo por base a Educação Social tem um papel preponderante em contextos com pessoas idosas institucionalizadas, a fim de criar condições que possibilitem uma educação transformadora e emancipatória (Barros, 2022).

Os valores da democracia portuguesa continuam urgentes também no campo da investigação de práticas que permitam ouvir e respeitar os direitos dos idosos, enquanto pessoas únicas, igualmente quando institucionalizadas. Acreditamos numa Educação Social libertadora, de natureza praxiológica e forjada na utopia de uma sociedade mais justa e igualitária, porque a Educação Social que defendemos muda a realidade e, simultaneamente, muda o conhecimento.

Referências

- Araújo, L., Ribeiro, O., & Paúl, C., (2016). Envelhecimento bem-sucedido e longevidade. *Atas de Gerontologia*, 2(1), 1-11. https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/3445/1/2016_Envelhecimento%20bem%20sucedido%20e%20longevidade%20avan%C3%A7ada.pdf
- Barros, O. (2022). *Quem eu fui e o que posso vir a ser – a humanização nas relações e nos cuidados numa ERPI*. [Relatório de Projeto de Mestrado, Instituto Politécnico do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/23063>
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Nova Fronteira
- Brandão, A. M (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Publicações em Configurações*, (3), 83-106. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9630>
- Carrilho, M., J. & Gonçalves, C., (2007). Envelhecimento crescente, mas espacialmente desigual. *Revista de Estudos Demográficos. Instituto Nacional de estatística (INE)*, (40), 21-37. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=5992992&PUBLICACOESmodo=2
- Cembranos, F., Montesinos, H., & Bustelo, M. (1988). *La animación sociocultural: una Propuesta Metodológica*. Editorial Popular.
- Dias, I. (2017). Envelhecimento e violência contra os idosos. *Sociologia*, 25, 249-273. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2391>
- Ferreira-Alves, J., & Novo, R. F. (2006). Avaliação da discriminação social de pessoas idosas em Portugal. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 6(1), 65-77. <https://hdl.handle.net/1822/4466>
- Freire, P. (2006). *Pedagogia do Oprimido*. (44.ª ed.). Paz e Terra.
- Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) (2012). *Envelhecimento no Século XXI: Celebração e desafio*. HelpAge International. https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Portuguese-Exec-Summary_0.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2009). Projeções de população residente em Portugal, 2008-2060. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=66023625&att_display=n&att_download=y
- Marques, S. (2011). *Discriminação da terceira idade*. Relógio D'Água Editores,
- Mendes, I. (2018). São pássaros que desejam voar, não lhes cortem as asas: educabilidade dos adultos seniores. *Revista Praxis Educare*, (5), 2-22. <http://www.aptses.pt/revista-praxis-educare/#1601561181686-ea425823-75be>
- Mendes, I. (2022). Freire: O/Um educador social rebelde. *Sinergias*, (13), 9-25. <https://sinergiased.org/freire-o-um-educador-social-rebelde/>
- Mendes, I. (2024). A Saber: o diálogo é saber e sabe bem. In H. Monteiro, I. Timóteo, & A. Bravo, *Contra-manual de Investigação Ação Participativa* (pp.133-148). Quântica Editora

- Neto, J. (2012). O compromisso ético do Educador Social. *Revista Lusófona de Educação*, 22(22), 55-67. <https://revistas.ulusofona.pt/>
- Organização Mundial de Saúde (OMS) (2015). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde*. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf?sequence=6
- Organização Mundial de Saúde (OMS) (2021). Relatório Mundial sobre o Idadismo: resumo executivo. Campanha de combate ao Idadismo. <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789240020504>
- Simões, M., Rodrigues, M., & Salgueiro, N. (2008) O significado da filosofia da humanidade, no contexto dos cuidados de enfermagem à pessoa dependente e vulnerável. *Revista de Enfermagem*, 2(7), 97-105. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388239954011>
- Timóteo, I., & Monteiro, H. (2024). Sete formas de abordar um “contra-manual”: Pressupostos gerais e desassossegos específicos. In H. Monteiro, I. Timóteo, & A. Bravo, *Contra-manual de Investigação-Ação Participativa* (pp.17-26). Quântica Editora
- Valença, T., & Silva, L. (2011). O olhar sistêmico à família do idoso fragilizado. *Revista Kairós Gerontologia*, 14(2) 31-46. ISSN 2176-901X. <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/8204/6104>